



II CONGRESSO BRASILEIRO DE
PESQUISA E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A INCLUSÃO DO PROVO PRETO: SIGNIFICAÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES EM UMA PESQUISA-TRANS- FORMAÇÃO

VANDER WILSON DOS SANTOS; LUCIANA DE OLIVEIRA ROCHA MAGALHÃES

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como tema a Educação Antirracista e tem como objetivo geral apreender as significações dos participantes acerca das estratégias educacionais antirracistas e compreender como elas podem contribuir com processos de formação da consciência crítica, tanto de jovens brancos quanto negros, e dos docentes envolvidos nas discussões desta pesquisa. Dentro de uma perspectiva Sócio-histórica e materialista histórico-dialética, esta pesquisa será do tipo qualitativa, colaborativa e engajada socialmente, será usada a modalidade Pesquisa-Trans-Formação. Os participantes serão os docentes e discentes de uma escola estadual localizada no Litoral Norte de São Paulo. Para coleta de dados serão realizados Grupos de Discussão com docentes e discentes abordando a educação antirracista, os Núcleos de Significações será o procedimento pelo qual faremos a análise de dados. Com esta pesquisa espera-se ampliar a discussão sobre a importância de uma educação antirracista, bem como debater o privilégio branco e a visibilidade dos jovens negros. Os simpósios, seminários e congressos e a publicação de artigos científicos serão os meios em que esta pesquisa será divulgada.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Significações, Inclusão do povo preto, Racismo Estrutural, Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

A educação antirracista é urgente e necessária, quando pensamos em uma escola inclusiva temos de ressignificar esse espaço para que seja uma comunidade em que todos sejam respeitados, “o Racismo Estrutural permeia a sociedade e esse mecanismo retroalimentado pelos ditos poderosos inferioriza a população negra” (ALMEIDA, 2023, p.98). Ao debatermos essa temática estamos acolhendo uma grande parcela da população brasileira que não se vê representada, que não se reconhece como parte de uma população e que ao longo de todo processo de construção da sociedade esteve à margem. Inúmeros são os motivos que se construiu nesse processo: racismo científico, visão eurocentrada, etnocentrismo, invisibilidade de algumas etnias.

O processo de alfabetização ou de escolarização dos negros foi tardia, quando se instituiu a educação no Brasil, esta era ofertada somente aos filhos de homens brancos, ricos e grandes latifundiários, mulheres também não tinham acesso ao sistema educacional, uma vez que eram preparadas para casar-se, cuidar da casa, servir ao marido e tratar da educação dos filhos. O espaço escolar era segregador e excludente, uma vez que foi desenvolvido pelo sistema patriarcal/elitista. Havia escolas informais para a educação dos negros, mas para um número muito pequeno de libertos e livres, porém, havia também já início de lutas para findar com essa segregação socioespacial, somente no século XX iremos perceber uma movimentação social

maior por lutas que objetivavam liberdade para os negros e o acesso à escolarização. A partir de então, mesmo com a escola ainda elitizada continua sendo um espaço segregador e excludente, surge neste contexto o MNU (Movimento Negro Unificado) que vai lutar por causas como a escolarização dos negros no Brasil, dentre outros direitos o de que o negro fosse reconhecido socialmente.

O Movimento Negro contribuiu, principalmente, com mudanças nas políticas educacionais implementando nos currículos através da Lei 10.639/03 da qual torna obrigatório o Ensino de História da África, a lutas dos negros no Brasil e Cultura Afro-brasileira, citando neste contexto a Lei 11.645/2008, torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, prevendo ainda a obrigatoriedade de implementação da lei nas graduações (licenciatura). Já a Lei 12.711/12 permitiu o acesso de estudantes às universidades públicas e privadas através das cotas raciais, uma iniciativa que buscou proporcionar equidade abrindo caminhos para que as pessoas Pretas, Pardas ou Indígenas se tornassem protagonistas nesses espaços, que até então, eram predominantemente brancos. Essas políticas públicas implementadas trouxeram luz à discussão sobre o racismo velado, racismo declarado momento em que a educação antirracista ganhou palco.

A relevância do estudo apresenta a importância da pesquisa para a sociedade, o tema de pesquisa “Educação antirracista e a inclusão do povo preto: significações de docentes e discentes em uma Pesquisa-Trans-Formação”, se torna relevante por se tratar de um aspecto da sociedade que estudará um grupo que sofreu segregação/exclusão ao longo de todo o processo de formação da sociedade brasileira e, na educação não foi diferente, de forma tardia os negros foram inseridos no processo de escolarização após longos anos de lutas pela garantia deste direito, acesso e permanência nestes espaços. “Apenas metade das escolas (50,1%) tiveram ações contra o racismo em 2021 – quando foi feita a última pesquisa do Saeb. Em 2015, o índice havia chegado ao maior patamar no período: 75,6%. Desde então, os números despencaram de maneira contínua” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2023).

Analizando os reflexos do racismo na sociedade brasileira podemos destacar que esse sistema é complexo e é responsável por retroalimentar a segregação racial existente no Brasil, conforme apresenta o Instituto de Referência Negra Peregum e o Projeto SETA (2023):

O racismo praticado nas relações interpessoais é identificado como a principal forma de discriminação, contudo, ainda assim, o brasileiro parte de uma negação da existência de práticas racistas com pessoas próximas e em espaços de convívio cotidiano. 81% concordam totalmente ou em parte que o Brasil é um país racista, mas apenas 11% afirmam que têm atitudes ou práticas racistas, 10% que trabalham em instituições racistas, 13% que estudam em instituições educacionais racistas, 12% que sua família é racista, 36% que convivem com pessoas que têm atitudes racistas e 46% que convivem com pessoas que sofrem racismo.

Fica nítido que mesmo de acordo com os dados divulgados nas mais diversas pesquisas, as discussões e os debates realizados acerca do racismo, nós experienciamos de forma diversa os impactos dessa ação. A escola neste contexto seria um espaço seguro, que clama por igualdade, porém é ainda um espaço que oprime e mesmo que não intencionalmente. Vejamos os dados apresentados e divulgados no mês de julho do ano corrente pelo Projeto SETA e o Instituto de Referência Negra Peregum (2023):

As instituições de ensino são idealizadas como espaços onde não há lugar para atos discriminatórios, no entanto, de acordo com o levantamento, 38% das pessoas que afirmam já ter sofrido racismo apontam a escola/faculdade/universidade como locais onde essa violência ocorreu. **Mulheres pretas são as que mais percebem que raça/cor é o principal motivador de violência nas escolas (63%).** Nos espaços da educação básica, as pessoas pretas foram as que mais vivenciaram agressão física,

29%. Para 64% das pessoas jovens entre 16 e 24 anos, o ambiente educacional é onde mais sofrem racismo.

Evidenciamos até aqui a importância de se discutir práticas antirracistas nas escolas. Analisando as estatísticas acima percebemos que a violência atinge em um número muito maior os negros, sendo que as mulheres são alvo em potencial dessa discriminação. Refletindo sobre as características de uma educação antirracista, Cavalleiro (2001, p. 158), apresenta passos para estruturarmos e garantir uma educação com base em preceitos antirracistas:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplam a diversidade racial, bem como o estudo “assuntos negros”.
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados.

Através destas características podemos iniciar um processo reflexivo-crítico, trabalhar com os alunos a temática e a partir de então, um processo de reconhecimento do privilégio branco e elevação da autoestima dos alunos negros.

A problemática deste trabalho envolve o seguinte questionamento: como a educação antirracista pode ser trabalhada em aula tornando o jovem branco consciente de seus privilégios, empoderando os jovens negros através de uma discussão pedagógica, capacitando os docentes para uma discussão crítica com os discentes?

Esta pesquisa apresenta como objetivo geral, compreender como a educação antirracista pode contribuir com processos de formação da consciência crítica, tanto de jovens brancos quanto negros, e dos docentes envolvidos nas discussões desta pesquisa.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando que esta pesquisa tem como objetivo análises sobre a realidade de professores para a implementação de uma educação, atitudes e práticas antirracistas, caracterizando como foco central o ser humano, seu comportamento e suas complexidades, far-se-á uso de uma abordagem colaborativa na perspectiva de transformações radicais da realidade, e por isso utiliza a modalidade de Pesquisa-Trans-Formação.

A pesquisa contará com 22 professores que atuam na unidade escolar, será enviado um formulário online convidando-os a participar da pesquisa, após recebimento das respostas serão escolhidos por se aproximarem da temática de 5 a 10 docentes para compor o grupo de discussão formativo, números que são defendidos pelos pesquisadores e pela literatura que trabalha com GDs. Os grupos de discussão devem variar o tamanho entre 5 e 10 participantes, grupos com muitos membros pode não permitir a todos se expressarem e serem ouvidos (GODOI, 2015). Haverá também um grupo de discussão com os discentes, a unidade possui 73 alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio que também receberão um formulário online, após recebimento das respostas a respeito da adesão à participação, serão escolhidos alunos que mais se aproximam da temática e sintam - se confortáveis a debater sobre o tema.

Os contatos serão estabelecidos na própria unidade escolar durante os ATPCs (Atividade Pedagógica Coletiva) da escola com os docentes. Com os discentes acontecerá apenas um encontro e este será realizado quando eles participam dos Clubes juvenis.

Para realização desta pesquisa será utilizado o instrumento Grupo de Discussão para produção de informações. Por se tratar de uma pesquisa do tipo qualitativa, o objetivo é trazer para discussão em grupo os anseios, as agruras, os conhecimentos a respeito da educação antirracista como caminho para inclusão social dos pretos na busca de uma escola igualitária e equitativa. A pesquisa deverá ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU) resolução do CNS 510/16.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com esta pesquisa espera-se trazer à tona uma discussão a respeito do processo da escolarização dos negros no Brasil, período de segregação e exclusão dos espaços escolares, através da literatura elaborar um recorte histórico sobre este processo. A educação antirracista tornou-se realidade, pois necessitamos educar nossos alunos com vista a aplicabilidade dessas práticas no seu cotidiano. O foco é tornar a escola um espaço inclusivo. Para abrir caminhos a esses debates utilizaremos como técnica os grupos de discussão para levantar informações e os núcleos de significação para analisar e tratar essa coleta.

Para elucidar essa discussão será utilizada a Lei nº 10.396/2003 que implementa a História da África, a luta dos negros no Brasil e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares, ampliando este debate aos acontecimentos atuais sobre o racismo estrutural no Brasil, a condição estruturante desse racismo é capaz de continuar segregando e excluindo negros desses espaços garantindo o privilégio a uma única classe, os brancos. Os resultados da pesquisa serão publicados em periódicos, apresentados em seminários e congressos. Como produto técnico serão elaborados planos de aulas de forma colaborativa, em que os participantes docentes implementarão práticas antirracistas para trabalhar com os alunos em sala de aula.

Portanto, espera-se a ampliação desse debate, em que os brancos se conscientizem de forma crítica dos seus privilégios, e os jovens negros ocupem um espaço de visibilidade e empoderamento tornando-se protagonistas. A educação antirracista tem como premissa trazer esse debate crítico-reflexivo ampliando as possibilidades de inclusão do povo Preto nas escolas.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa encontra-se em andamento, já percebemos a importância de debater a implementação de práticas antirracistas nas escolas no Brasil. Atualmente a pesquisa foi submetida ao Comitê de ética da universidade e teve seu parecer emitido em status aprovado para a produção das informações na realização dos grupos de discussões com docentes e discentes.

Esperamos com esta pesquisa fomentar um canal que proporcionará a construção de processos críticos através de uma discussão que visa debater as consequências do racismo como condição estruturante para segregação dos negros nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.A. **Educação antirracista na formação inicial de docentes**: uma proposta de conscientização.2023. (Mestrado Profissional em educação), UNITAU, Taubaté, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

para Incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a Obrigatoriedade da Temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Publicado no DOU de 10.1.2003.

CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

GODOI, Christiane Kleinubing. Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas | Fgv/Eaesp**, São Paulo, v. 55, n. 6, p. 632- 644, nov. 2015. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rae/a/GfrVF9TxRzrnCJkDZTJCHXS/>>.
Acesso em: 01 dez. 2023.

INSTITUTO DE REFERÊNCIA NEGRA PEREGUM. **Pesquisa do Instituto Peregum com o Projeto SETA apresenta dados sobre percepção do brasileiro sobre racismo**. 2023. Instituto de Referência Negra Peregum. Disponível em:
<https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Apenas Metade das Escolas Públicas Têm Projetos Para Combater Racismo No Brasil**. 2023. Todos pela educação. Disponível em:
<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/apenas-metade-das-escolas-publicas-tem-projetos-para-combater-racismo-no-brasil/>. Acesso em: 11 nov. 2023.